

Estado do Rio oficializa política inédita voltada à cultura oceânica

Nova lei promove a sustentabilidade, Economia Azul e inclusão do tema nas escolas

Por Redação

O Rio de Janeiro deu um passo importante para ampliar a proteção da costa marítima e o acesso a educação ambiental. Sancionada pelo Governo do Estado e publicada no Diário Oficial do Executivo, a Lei 11.103/25 estabelece a nova Política Estadual de Promoção da Cultura Oceânica. A medida, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), busca estruturar ações de educação, mobilização e conscientização sobre a importância vital dos oceanos para a sustentabilidade ambiental, social e econômica do território fluminense.

Amplo apoio na Alerj

A autoria original do projeto é da deputada estadual Célia Jordão (PL). Para a parlamentar, a nova legislação reforça o papel do Rio como protagonista na gestão marítima nacional. Célia Jordão reforçou o pioneirismo do Estado na aprovação de leis voltadas à Economia do Mar e à chamada Economia Azul.

“Esta medida coloca mais uma vez nosso Estado à frente dos demais, tendo muito mais estrutura legislativa que a própria União em propostas desse tipo”,



Tânia Rêgo/Agência Brasil

A nova Política Estadual de Promoção da Cultura Oceânica já está em desenvolvimento

destacou a parlamentar.

Além de Célia Jordão, a nova lei conta com um amplo apoio na Assembleia Legislativa. Assinam o texto como coautores os parlamentares Vítor Júnior (PDT), Luiz Paulo (PSD), Carla Machado (PT), Tia Ju (Republicanos), Yuri Moura (PSol), Verônica Lima (PT), Renata Souza (PSol), Lucinha (PSD), Lilian Behring (PCdoB), Carlos Macedo (Republicanos), Ricardo da Karol (PL) e Giovani Ratinho (Solidariedade). A diversidade de siglas e

o apoio do Executivo demonstra o consenso sobre a relevância do tema para o futuro do Estado do Rio de Janeiro.

Implementação da lei

A lei define “cultura oceânica” como o conjunto de conhecimentos que permite compreender a influência mútua entre os oceanos e a vida humana. Na prática, a política será implementada por meio de campanhas públicas de conscientização sobre o im-

pacto da poluição marinha, com foco especial em plásticos e resíduos sólidos.

O texto prevê ainda a inclusão de conteúdos específicos nas redes de ensino, a capacitação de docentes e o apoio constante a centros de pesquisa especializados. Entre os temas obrigatórios no currículo escolar estão a biodiversidade marinha, as mudanças climáticas e a elevação do nível médio das águas.

Outro destaque da norma é a criação do Selo “Amigo da Ama-

zônia Azul”, destinado a empresas que se comprometam com a conservação marinha.

Semana Estadual da Cultura Oceânica

Para garantir a visibilidade do tema, foi instituída a Semana Estadual da Cultura Oceânica, que ocorrerá anualmente na primeira semana de junho, coincidindo com o Dia Mundial dos Oceanos. A execução será transversal, envolvendo as secretarias estaduais de Educação, Cultura, Ambiente e Sustentabilidade, e a Secretaria de Economia do Mar. Parcerias estratégicas também poderão ser firmadas com a Marinha do Brasil, Marinha Mercante, Capitania dos Portos e a Cátedra da Unesco.

Para facilitar o acesso à informação, o projeto prevê um portal eletrônico para a divulgação de dados, notícias e materiais educativos diversos. O ecoturismo também recebe incentivo direto, unindo lazer e preservação ambiental. Com essa base legal, a expectativa é efetuar medidas práticas que protejam o litoral, com resultados a curto, médio e longo prazo. As iniciativas educacionais devem preparar as futuras gerações para uma relação equilibrada com os recursos hídricos.

Preço do material escolar tem alta de 17,81%

Por Redação

Os pais fluminenses precisam preparar o bolso e a paciência para as compras de volta às aulas em 2026. Levantamento da Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor (Sedcon) e do Procon-RJ aponta que o preço médio do material escolar subiu 17,81% em comparação ao ano anterior.

O estudo, que analisou 90 itens fundamentais para o cotidiano estudantil, revelou um cenário de fortes contrastes: enquanto 60% dos produtos sofreram reajustes, outros 40% apresentaram redução nos valores. Essa oscilação reforça a necessidade de pesquisa rigorosa antes de fechar o carrinho de compras em grandes redes ou papelarias de bairro.

O impacto mais severo foi identificado em itens de nicho, onde a variação de preço atingiu o patamar de 475%. A Diretoria de Estudos e Pesquisas do Pro-

con classificou nove produtos com comportamento extremo. No topo dos aumentos estão os instrumentos geométricos, como réguas e esquadros.

A explicação técnica aponta que fornecedores substituíram linhas básicas por versões premium, elevando o custo final. Além disso, materiais artísticos, como tintas guache e aquarelas, registraram altas desproporcionais, impulsionadas pelo custo de insumos e reposicionamento de marcas no varejo. Lápis de cor especializados e itens de desenho técnico também tiveram altas sensíveis às novas estratégias comerciais.

A pesquisa também detectou reduções drásticas que chegam a 98% em itens específicos. Dicionários e tabuadas estão entre as maiores quedas. Esse fenômeno é atribuído à digitalização do ensino, com a substituição do papel por aplicativos gratuitos. Com a queda na demanda, as papelarias adotam promoções agressivas

para escoar os estoques. Segundo o secretário da Sedcon, Gutemberg Fonseca, o planejamento é a melhor arma do consumidor. Ele orienta que os pais analisem as listas, comparem preços e façam escolhas estratégicas para evitar gastos desnecessários neste período. Pesquisar entre diferentes marcas e lojas gera economia.

Além do monitoramento de preços, as autoridades intensificaram a fiscalização em escolas e papelarias. Uma unidade de luxo na Barra da Tijuca foi autuada por irregularidades. Agentes constataram a falta de acessibilidade em banheiros para alunos com deficiência. Também foi identificada prática abusiva na lista de materiais: a escola cobrava taxa de atividades pedagógicas de R\$ 450 de quem comprasse os itens por conta própria. A escola tem 15 dias para defesa, mas as ações do Procon em outras unidades seguem em todo o estado, visando coibir abusos e garantir os direitos das famílias fluminenses.



Freepik

Variação de preço de itens de nicho atingiu o patamar de 475%